

A Governamentalidade e a História da Escola Moderna: outras conexões investigativas*



Jorge Ramos do Ó

RESUMO - A Governamentalidade e a História da Escola Moderna: outras conexões investigativas. A partir do conceito foucaultiano de governamentalidade, faz-se a defesa de um quadro analítico e de uma heurística que nos permitam devolver a ocultada evidência de que o projecto de uma escola para todos corresponde ao aprofundamento histórico do esforço do Estado-nação para a expansão ilimitada dos instrumentos e dos mecanismos de controle social. Nesses termos, tanto o figurino institucional quanto as categorias identitárias que a instituição escolar pôs a circular, desde finais do século XIX, são produtos e instrumentos de um estilo liberal de governo das populações que não tem cessado de fundir a dimensão política com a ética. Uma análise desses regimes de governamentalidades múltiplas levar-nos-á a formular novas perguntas e a ousar outras narrativas historiográficas em torno da instituição escolar e dos seus habitantes.

Palavras-chaves: **Governamentalidade. História da Educação. Escola Moderna. Governo de si mesmo.**

ABSTRACT - Governmentality and the history of modern school: other research connections. From the foucaultian concept of governmentality, this paper make the defense of an analytical frame and of a heuristic that show the immanence between the project of schooling for all and the social system, as an effort of the Modern State to expand the mechanisms of control. Foucault allows the association of the politic domain, the authority and the behaviour of the citizens. The schooling institutional model and identity categories, since the eighteenth century, are products and instruments of a liberal style of government, in which the politic and ethic dimensions are tied. An analytics of these multiple governmentalities opens new questions and others historic narratives about the school and its inhabitants.

Keywords: **Governmentality. History of Education. Modern School. Government of the Self.**

Introdução

A construção deste texto tem na sua origem uma pergunta acerca da totalização dos fenómenos sócio-educativos no contexto histórico de afirmação do Estado-nação. Como pode desenvolver-se um quadro, simultaneamente teórico e empírico, que responda a uma hipótese de formulação simples: por que vias o território educativo se encontra em relação directa com o sistema social e é, ao mesmo tempo, parte integrante da sua dinâmica global? A interrogação leva-me a defender que a tópica da *governamentalidade* constitui uma poderosa ferramenta para identificar os conectores imanentes à racionalidade neo-liberal, porquanto descobre uma permanente e objectiva associação entre o domínio da política, o exercício da autoridade e as modalidades de conduta evidenciadas pelos cidadãos.

Mesmo correndo o risco de simplificar em demasia ou de forçar um sentido geral, diria que a governamentalidade surge, na obra de Michel Foucault, como um *pivot* e um ponto de condensação do conjunto das suas reflexões anteriores (Dreyfus; Rabinow, 1983; Burchell; Gordon; Miller, 1991; Barry; Osborne; Rose, 1993; Hunter, 1993; Hindess, 1997; Rose 1985; 1996a; 1996b; 1999). Há como que um tríptico sequencial: a análise dos sistemas de conhecimento, as modalidades de poder e as relações do *eu* consigo próprio. Para cada um destes domínios Foucault utilizou três formas específicas de análise, designadas por “arqueologia”, “genealogia” e “ética”. A noção de governamentalidade cruza todo este cenário na medida em que estabelece um *continuum* entre: (i) a *microfísica do poder*, ligada às tecnologias políticas do corpo e à aplicação de técnicas disciplinares nas prisões; (ii) as preocupações gerais da soberania política, direccionadas para gestão das nações, populações e sociedades no quadro de relações institucionais; (iii) as estratégias estabelecidas para a direcção e condução de indivíduos livres, fazendo equivaler as *práticas do eu* com as *práticas do governo*. *O Governo de si e dos Outros* foi sintomaticamente o título escolhido para os seus dois últimos Cursos no *Collège de France* e para título de um livro que não chegou a publicar na colecção *Des Travaux* das Edições du Seuil (Foucault, 2008, p. 348). Assim, e em conformidade com a analítica foucaultiana, a minha hipótese é que tanto o figurino institucional quanto as categorias identitárias que a instituição escolar pôs a circular desde finais do século XIX – conjuntura que coincide com a autonomização da ciência pedagógica e com o arranque da escolarização massiva das populações – são, no essencial, produtos e instrumentos de um estilo liberal de governo das populações que não cessa de fundir a dimensão política com a ética (Ó, 2003).

Notas sobre a Governamentalidade em Michel Foucault

Michel Foucault cunhou o termo *gouvernementalité* (1978a, p. 635-657) para identificar um tipo particular de literatura que, entre a segunda metade do

século XVI e o final do século XVIII, se foi crescentemente afirmando em torno de uma teoria proclamada como “arte de governo”, isto é, uma técnica que se deduz de regras específicas. Aquele neologismo de Foucault procurava sugerir uma mudança histórica que esta expressão coeva não deixaria porventura supor com a mesma nitidez. Na verdade, o que ao autor de *As Palavras e as Coisas* lhe importou compreender a partir dessa “imensa e monótoma” (1978a, p. 636) colecção de textos – constituída no fundamental por tratados, diríamos nós, de ciência política contendo minuciosos conselhos ao Príncipe – foi a formação de uma *mentalidade* política inteiramente nova, “isto é, a maneira pela qual a conduta de um conjunto de indivíduos se encontra implicada, de modo cada vez mais intenso, no exercício do poder soberano” (1978b, p. 720). Esta evidência histórica, segundo a qual o governo de todos os homens passa a ter o seu domínio de aplicação específico no próprio Estado, é de capital importância para a construção da modernidade.

Não se trataria portanto de verificar mais um efeito assinalado por teóricos. Ao contrário, as racionalizações discursivas espelham, desde o final do século XVI, a emergência mesma de uma *razão de Estado*, a qual passa a reflectir, mais do que costumes ou tradições particulares, uma certa consciência racional. Foucault mostra como os problemas do governo explodiram e se passaram a espalhar em várias direcções. É certo que, num primeiro nível, a nova arte ficaria ligada à substituição das estruturas feudais pelos grandes Estados territoriais, consubstanciados numa administração cada vez mais complexa e, em vários casos, com vocação colonial. Ainda que com avanços e recuos até bem dentro da centúria de setecentos, é fora de questão que tanto as virtudes consagradas pela tradição (“sabedoria, justiça, liberalidade, respeito pelas leis divinas e pelos costumes humanos”) como os recursos próprios da acção política (“prudência, decisões reflectidas, preocupação em rodear-se dos melhores conselheiros”) (1978b, p. 720) foram deixando objectivamente de satisfazer a nova e abrangente racionalidade estatal. Numa palavra, não continuaria a ser possível que o poder fosse exercido por alguém que, como emblematicamente sucedia no *Príncipe* de Maquiavel, se colocava numa singular “posição de exterioridade” (1978a, p. 640) face ao conjunto dos súbditos. O desenvolvimento de uma tecnologia que passaria a associar ao Estado uma pluralidade e multiplicidade de formas de governo veio a implicar, do mesmo modo, a imanenência de todas as práticas.

Contudo, este processo não se esgotou em torno do Estado. Justamente o enorme interesse que acredito a perspectiva da governamentalidade traz para a análise histórico-sociológica está nas linhas de comunicação directa que descobrem entre instituições e actores sociais os mais variados. E a dispersão pode ser compreendida porque as perguntas, desde aqueles tempos longínquos, não têm vindo a variar muito. Giram sempre à volta destas: “como se governar, como ser governado, como governar os outros, porque devo aceitar ser governado, como fazer para ser o melhor governante possível?” (1978a, p. 636). À semelhança dos primeiros cartógrafos, preocupados em desenhar uma imagem

da arquitectura do mundo, representando e explicando detalhadamente a configuração orgânica dos territórios, Foucault apresenta então uma tipologia que compatibiliza formas de exercício do poder que a teoria social interpreta como correspondendo a estratégias e objectivos muito contrastados ou, no mínimo, a realidades naturalmente separadas. Ao lado da representada pela razão de Estado, uma segunda grande região da arte de governo é identificada com a Igreja, mais concretamente com a dissidência cristã provocada pelos movimentos da Reforma e Contra-Reforma. Na verdade, as duas variantes da pastoral, a católica e a protestante, iriam prescrever aos fiéis regras concretas de governo das suas alma e conduta. O renascer, também em pleno século XVI, de temas desenvolvidos na Antiguidade pela escola estóica transportou ainda a questão ética do *governo da alma* para domínios próprios do pensamento laico. Mas a paisagem foucaultiana é composta doutras instituições sociais cujas personagens, embora longe do estatuto dos *grandes senhores*, passaram a ter um protagonismo equivalente. É muito importante compreender que este *continuum* nos devolve os jogos de poder perto, digamos assim, do chão. De facto, “muita gente governa: o pai de família, o superior de um convento, o pedagogo e o mestre em relação à infância e ao discípulo ; há pois muitas formas de governo em relação às quais a do príncipe governando o seu Estado não é senão uma das modalidades “ (Foucault, 1978a, p. 640).

Governar é, assim, um exercício permanente que entrecruza os comportamentos de todos e cada um de modo homólogo. A visão temporalmente distendida - ou genealógica como gostava de lhe chamar - que Foucault nos fornece tem por finalidade mostrar que as clivagens (entre outras: estado e sociedade civil, público e privado, soberania e autonomia) e as hierarquizações clássicas utilizadas para inteligibilizar as relações sociais vêm perdendo a sua capacidade explicativa à medida que nos aproximamos da actualidade e, sobretudo, das regiões ocupadas pelas democracias liberais. O novo quadro interpretativo que procura fornecer situa-se bem para além das lógicas de dominação, que nos habituaram a compreender o poder através da dinâmica concentração/rarefação e a inscrever todas as posições sociais num espaço percebido pela regra centro/periferia. Foucault mostra como historicamente inclusive o poder político se vai exercendo cada vez mais através de alianças delicadas entre uma miríade de autoridades, por forma a que seja possível a agregação de realidades que vão desde as relações económicas até à conduta dos indivíduos particulares. A questão em causa não é a da coerção e dos constrangimentos exercidos sobre a massa dos governados. O poder liga-se antes aos modos como, numa dinâmica onde a autonomia e liberdade estão cada vez mais presentes, se produzem cidadãos. Estes não são destinatários mas intervenientes nas operações de poder e de construção da verdade (1988a).

A aplicação histórica de um inquérito desenvolvido em torno da governamentalidade, ainda que proceda sequencialmente ao inventário das modalidades activas de controlo e vigilância, das estruturas mentais responsá-

veis por modos específicos de fazer e pensar, dos costumes que interligam os homens e as coisas, ou inclusive da administração dos recursos e das riquezas territoriais, enunciará por certo uma pluralidade das formas de governo, mas não deixará de demonstrar que essa é, essencialmente, uma pluralidade *sincronizada*. Foucault começa a estabelecer esta leitura da realidade a partir, entre outros, de dois livros: *Le Mirror Politique, Contenant Diverses Manières de Gouverner et Policier les Républiques*, da autoria de Guillaume de La Perrière, aparecido em 1555; *L'OEconomique du Prince*, este reunindo uma série de textos pedagógicos para o Delfim redigidos por François de La Mothe Le Vayer e dados à estampa em 1653. O segundo autor identifica, de acordo com Foucault, três tipos de governo “que demonstram por si mesmos uma forma de ciência ou de reflexão particular: o governo de si mesmo que revela da moral; segundo a arte de governo uma família como deve ser, que revela da economia; enfim, a ciência do Estado que, ela, revela da política” (1978a, p. 640). É evidente que esta é uma estrutura tripartida, e que as esferas moral, política e económica mantêm a sua singularidade. Porém, não se regista qualquer descontinuidade entre cada uma delas. A unificação proposta por *La Mothe Le Vayer* resulta de um movimento de sentido duplo que segue do topo para a base e desta para aquela. Uma continuidade ascendente é assegurada pela pedagogia do Príncipe na qual o autor vira do avesso a questão do *quantum* do poder soberano e da sua própria legitimidade: “quem vai governar o Estado deve saber governar-se a si mesmo; depois, a um outro nível, governar a sua família, os seus bens, os seus domínios, e, finalmente, chegar a governar o Estado”. Inversamente, regista-se uma continuidade descendente no sentido em que, “quando um Estado é bem governado, os pais de família sabem governar a família, as suas riquezas, os seus bens, a sua propriedade, e os indivíduos também se governam como deve ser” (1978a, p. 641).

O novo domínio, que parte do poder político e administrativo centralizado para só se deter quando alcança o coração dos indivíduos, passou, depois do século XVII, a ser designado de *police*, de *Polizeiwissenschaft* ou de *science of police*. Esta técnica de governo viria a ter o maior impacto histórico posto que reflectia o propósito de codificar o conjunto das relações sociais que reclamavam a intervenção, a um tempo racionalizadora, reguladora e regulamentadora, do Estado. Surgiram então as condições históricas para que o exercício do cálculo detalhado se aplicasse a um sem fim de circunstâncias ainda por cima marcadas pela contingência e pelo devir. A *police* concretizava-se desta forma numa diagnose, num *corpus* de listas e classificações, em perpétua actualização, sobre o *estado da Nação*. É o problema da intervenção permanente do Estado que aqui se coloca. Mas de uma forma específica, moderna se assim me é permitido falar: a partir do século XVIII, “em torno do liberalismo, da *Polizeistaat*, do *Rechtsstaat*[...] a polícia governa, não pela lei, mas intervindo de maneira específica, permanente e positiva na conduta dos indivíduos” (1988c, p. 825-826). Na verdade, o propósito central da *police* era a informação sobre os níveis

de prosperidade do reino e dos que nele habitavam. Os autores coevos falam indistintamente de uma ciência do governo e da felicidade. Ora, o que interessa compreender é que esta foi esta a via de identificação que o Estado encontrou para a tocar directamente na existência individual dos cidadãos. O inventário que acabei de reproduzir como contendo as *coisas* de governo talvez perca a aparência de uma amalgama desconexa ao olhar de hoje se se afirmar que o corpo de conhecimento sobre que incide este novo tipo de intervenção política é o da própria vida, o do bem-estar e da bem-aventurança dos governados.

A obra de La Perrière sugere, ainda, uma série de comentários em torno da questão dos objectivos. Se há pouco a insistência recaía sobre a sincronia, desta feita tratar-se-á de compreender a pluralidade em torno da ideia de *fins específicos*. Foucault retém uma frase emblemática daquele autor do século XVI e que aqui igualmente quero deixar reproduzida: “Governar é o direito de dispor das coisas, daquelas de que tomamos conta para as conduzir a um fim conveniente” (1978a, p. 643). É aqui que melhor se pode entender a rotura. Enquanto que a velha definição de soberania insistia no direito público, nas teses do *bem comum* sistematicamente reiteradas pelos juristas, pondo a ênfase no território – ao qual estavam amarrados todos os homens –, tratar-se-ia agora de governar *dispondo as coisas*, de converter uma miríade de finalidades particulares num mesmo propósito de governo. Consequentemente, a vinculação universal ao poder soberano deixava de ser feita por intermédio da lei; cumprindo a mesma função, teríamos agora as tácticas em permanente correcção. E tácticas porque exactamente o fim do governo está nas coisas que dirige. Foucault convida o historiador a estar atento, assinalando e mapeando, todos os processos em que passou a ser intensificado, maximizado e aperfeiçoado o aparato de governo. Trabalhar sobre as tácticas abrir-lhe-á caminho para atingir aquele dispositivo, em que historicamente se vêem implicados não apenas procedimentos, análises, reflexões e formas de cálculos, mas também instituições as mais variadas. Ao contrário do efeito de distância e de uniformização que o instrumento legal pretender inscrever na realidade, há que entender os fenómenos a partir do conjunto das *práticas*, quer dizer, em todo o tipo de relações que vão estabelecendo uma *maneira de fazer* orientada para objectivos comuns e regulada por uma reflexão contínua sobre os resultados obtidos.

As Relações de Poder como Condução da Conduta

No prefácio ao segundo volume da edição francesa da *História da Sexualidade*, Foucault criou uma expressão para referenciar a existência em diferentes espaços sociais de modalidades idênticas de envolvimento dos cidadãos. Falou então de tecnologias de governo destinadas a “conduzir a conduta” e isso em domínios “tão diferentes como a escola, o exército e o atelier” (1984a, p. 582). É condição da própria problematização do governo que ele seja definido

como o domínio prático e técnico em que a acção humana se verga às regras do cálculo, da medida e da comparação. Nesta perspectiva, é muito importante que a investigação procure tanto a discursividade ligada a uma reflexão sobre as capacidades humanas como a própria supervisão e estruturação do campo onde decorre a acção dos indivíduos. E quando se referia às tecnologias Foucault tinha em mente aqueles meios a que, em determinada época, autoridades de tipo diverso deitam mão para moldar, instrumentalizar e normalizar a conduta de alguém. Depara-se-nos então uma imensidão de documentos e procedimentos que conectam, em redes muito delicadas, o pensamento, as decisões e as aspirações de cada um dos actores seja com as racionalidades de governo, seja com grupos e organizações sociais.

A percepção deste novo plano da realidade histórica, dominado pelas tecnologias de governo, levou nos anos oitenta Michel Foucault a perspectivar em novas direcções o par que por excelência caracteriza o conjunto da sua obra. Refiro-me à tópica poder/saber e à sua pergunta maior: quais são e como se determinam os efeitos das relações de poder na ordem do conhecimento. A ideia central da primeira face da moeda parece conter-se nesta afirmação:

o poder é essencialmente relacional; é o que faz com que os indivíduos, os seres humanos estejam em comunicação uns com os outros, não simplesmente sob a forma da comunicação do sentido ou pela forma do desejo, mas igualmente sob uma certa forma que lhes permite agir uns sobre os outros, e, se se quiser, dando um sentido lato a esta palavra, de se ‘governar’ uns aos outros. Os pais governam os filhos, a amante governa o seu amante, o professor governa, etc. Governamo-nos uns aos outros numa conversação, através de toda uma série de tácticas (1984c, p. 750-751).

Significa isto que o poder não tem uma realidade ontológica, uma substância mesma. Quando Foucault afirma que “o poder não é mais do que um tipo particular de relações entre indivíduos” e que a sua marca distintiva “é que certos homens podem mais ou menos inteiramente determinar a conduta de outros homens” (1981, p. 160), está a procurar identificar todo o tipo de estruturas que vão tornando as opções sociais cada vez mais equivalentes e semelhantes, independentemente da posição geográfica ou hierárquica que o sujeito ocupe na cadeia relacional. É exactamente porque procura entender as mecânicas de tipo isomórfico nas sociedades modernas que ele prescreve o afastamento das explicações correntes que se estruturam em volta, do *poder político*, do *poder ideológico*, do *poder soberano*, etc. Não entende mais o poder como um sistema unitário, organizado à volta dum centro o qual é, ao mesmo tempo, a fonte e a razão de todas as dinâmicas internas. Ao invés, para o Foucault dos últimos anos o poder é crescentemente percebido como um domínio de relações estratégicas entre indivíduos e grupos que entre si tecem jogos de conduta que decorrem segundo a regra invariante da governamentalidade.

Nas situações em que os homens se enfrentam mutuamente o que mais importa compreender são as racionalidades de governo - métodos, especificidades e regras internas - em que se projectam e se vêem envolvidos. Deixa de fazer sentido continuar a reenviar as relações de poder para contextos marcados pela violência instrumental ou por lutas pelo seu monopólio legítimo. Eis a grande lição do autor de *Vigiar e Punir*: as acções sobre os comportamentos não se exercem “jamais de maneira exaustiva ou coercitiva”. Percebe-se, assim, porque razão os exercícios de governo não cessam de potenciar os seus efeitos, parecendo obedecer à regra da economia máxima, de uma totalização quase sem custos. Uma descrição sumária:

um homem acorrentado e batido está submetido à força que se exerce sobre ele. Não ao poder. Mas se o levamos a falar, quando o seu último recurso pode ser o de não abrir a boca, preferindo a morte, é aí que o levamos a comportar-se de uma certa maneira. A sua liberdade terá então sido submetida ao governo. Ele foi submetido ao governo (Foucault, 1981, p. 160).

É evidente que se se continuar a estudar o poder à luz da análises político-institucionais ou das definições jurídicas do sujeito, as questões relacionadas com a liberdade seriam sempre colocadas em termos de aquisição e de perdas de direitos. Isto é: numa posição de exterioridade relativamente à realidade do poder. Ora, o que Foucault acaba de dizer, na medida em que faz valer a *liberdade do sujeito*, é que a noção de governamentalidade descobre a matéria da ética no epicentro de todas relações sociais (1984b). Nas sociedades governamentalizadas, o poder amplia-se porque exactamente se dirige a homens livres, que se percebem como indivíduos autónomos.

A liberdade é, portanto, uma *condição* para a existência do poder. Mas é preciso entender o significado desta afirmação. Ela remete para a existência de um campo de possibilidades no qual se observam modos de comportamento diversificados e se dispersam reacções múltiplas. Num artigo, de resto abundantemente citado, em que Foucault reflecte teoricamente sobre o poder individualizante, definiu a relação de poder como “um modo de acção que não actua directa e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre a sua própria acção”. A sua mais correcta definição poderá bem ser esta: “uma acção sobre a acção” (1982, p. 236).

Definitivamente, teremos que substituir as ideias de dominação por outras que remetam para tecnologias de regulação e de auto-regulação. Então, quando falarmos de poder estaremos a referir-nos a uma realidade inacabada. E essa é, sem dúvida, a última consideração que teremos de fazer. A que regista uma permanente imperfeição e vê o governo como essencialmente marcado pelo falhanço. A fantasia de uma máquina submetendo o mundo em bloco só pode existir na cabeça do estratega. O que sucede é bem o inverso. As soluções encontradas para um segmento da realidade tendem a tornar-se em dificuldades para outro. O conhecimento acumulado sobre as coisas, as pessoas e os

acontecimentos não evita, bem pelo contrário, que eles respondam de forma diferente da esperada. As tecnologias de governo vão ganhando corpo sempre a partir dessa consciência aflita que consiste em verificar que um mar de realidades lhes escapa, que existem sempre novos domínios a dever atrair a sua atenção, que a ordem e a administração não se exercem nunca capazmente. A intervenção do poder terá de ser entendida, assim, como uma variável que torna mais complexa a realidade, que produz problemas em vez de os solucionar, mas que, por isso mesmo, exigem cada vez mais novas e novas medidas. Estamos sempre a ouvir ou a dizer: “governa-se muito pouco” (1979, p. 820). É sempre preciso fazer mais e melhor. A tese da imperfeição permanente justifica que a acção do poder se amplie.

A nova racionalidade estimula indiferenciadamente factores de totalização e de individualização. Chegamos por aqui ao segundo elemento do par poder/saber. O sentido profundo dum governo racional capaz de fazer aumentar a potência do Estado passa “pela constituição previsível de um certo tipo de saber [...], um saber concreto, preciso” e reportando sempre para a

potência do Estado. A arte de governar, característica da razão de Estado, está intimamente ligada ao desenvolvimento do que se chama *estatística* ou *aritmética* política [...] Um tal conhecimento é indispensável ao bom governo. Em resumo, a razão de Estado não é uma arte de governar que segue as leis divinas, naturais ou humanas. Este governo não respeita a ordem geral do mundo (1981, p. 153).

Foram os problemas relacionados com esse domínio designado, desde o século XVIII, pelo neologismo *população* - claramente ela é o objecto por excelência da *police* - que levaram os estados modernos a desbloquear a arte de governo. Desde então, em vez de súbditos ou de povo fala-se da população como ponto de aplicação de um corpo de conhecimentos. E foi desse modo que a demografia mas sobretudo a estatística, ou seja, a *ciência do Estado*, deixou de funcionar apenas no interior do domínio administrativo para se transformar no instrumento que passou a reflectir e a calcular toda uma massa de fenómenos cuja regularidade importa apreender. O Estado vai-se aos poucos governamentalizando na justa medida em que passa a quantificar, ao lado das variáveis relativas aos recursos ou aos meios de subsistência territoriais, *novas realidades* como sejam as da saúde, da natalidade, morbilidade, fecundidade, da higiene, da instrução de toda uma população que desta forma se pretende tornar mais activa, mais produtiva.

Desde o século XVIII que este trabalho sobre os corpos e as consciências, trabalho propriamente *disciplinar*, vem sendo realizado fora da fronteira da família e da comunidade de vizinhos por instituições directamente relacionadas com a normalização dos indivíduos: as escolas, as oficinas e os exércitos. Isto significa que para se gerir uma população tendo em conta a obtenção de resultados globais, o importante não está em agir no plano externo, como se suporia

à primeira vista, mas antes trabalhar detalhadamente, de modo racional e inteligente, sobre o particular. Por outras palavras: em profundidade, com minúcia e no detalhe. Nesta mutação pode ser detectada a fractura que separa o nosso mundo, marcado pelas perspectivas liberais, das formas de enquadramento das sociedades tradicionais. A ênfase passa a ser fundamentalmente colocada na regulação das escolhas dos cidadãos. A responsabilização pessoal e a autonomia, essenciais para o reiterado princípio de que o sujeito se constrói a si mesmo, são os invariantes maiores da vida política, social e económica da época contemporânea. O quadro geral criado pela mentalidade de governo mostra como a história das práticas disciplinares é de facto a chave da *subjectivação política*.

Os movimentos integradores do poder partem invariavelmente de uma realidade singular. É em *Vigiar e Punir* que Foucault mostra como historicamente se procedeu a uma distribuição da população no espaço. Trata-se de começar a operar “segundo o princípio da localização imediata ou do *quadriculamento*”. Cada elemento passa a ser visto como uma *unidade*, ocupando o seu lugar na fila ou na classe: a disciplina “individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações”, a qual é assim interiorizada pela noção que cada um passa a ter não apenas da posição mas essencialmente da distância que o separa do outro. Todos, um por um, são classificados e colocados no “ponto em que se cruzam uma linha e uma coluna” (1999, p. 123 e 125). Esta taxinomia dos *seres naturais*, que os vai tornando *visualmente inteligíveis* por meio da tecnologia do quadro, está associada a uma racionalidade científica/política/económica que permite, por um lado, o controlo e a intervenção pontual, individualizada (“de diferenciação, de correcção, de castigo, de eliminação”) e, por outro lado, a possibilidade de “utilizar os indivíduos de acordo com o nível que têm nas séries que ocupam” (1999, p. 135-136). Pelas operações conjugadas da distribuição e análise o governo produz uma imensidão de *registos* nos quais observa, controla, inspecciona, classifica e regulariza o sujeito. Na verdade, constrói-se um eixo de poder que leva o sujeito directamente ao *múltiplo*. Ainda que caracterizado como indivíduo ele é percorrido e, dir-se-ia com propriedade, dominado pela nova ordem populacional. A parte e o todo, o topo e a base estão estruturalmente ligados, senão mesmo objectivamente fundidos.

As Técnicas de Subjectivação

O projecto de uma *história da subjectividade*, a que Foucault se dedicou nos derradeiros escritos, está também filiado na tensão essencial desencadeada pela governamentalidade: ela é o fio condutor que explica o vaivém entre as experiências pessoais e os saberes que se vão sedimentando em torno dos indivíduos. Em jeito de balanço: “eu quis fazer uma história da organização do saber

tanto no que concerne à dominação quanto no que concerne ao eu [...]. Chamo ‘governamentalidade’ ao reencontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (1988b, p. 785). A subjectividade seria assim o resultado das interações que se operam tanto nas situações de face a face como no trabalho interno que os indivíduos exercem sobre si mesmos.

O estabelecimento da gênese destes trabalhos sobre o *eu* levou Foucault a escrever uma *História da Sexualidade*, num arco temporal que o levou desta feita do presente não só até ao século XVI mas à Antiguidade Clássica (1994a; 1994b; 1994c). Em seu entender, terá sido aí que, pela primeira vez, uma disciplina, no caso a actividade filosófica, se deixou absorver pelas questões das *técnicas de si*. Estas configuraram um novo espaço de reflexão que se situava justamente a meio caminho entre “as instituições pedagógicas e as religiões da saúde” (1982b, p. 222). A permanente triangulação entre elas, tanto no plano dos discursos como no das práticas, estará na base do conhecimento presente acerca do sujeito. Então uma primeira grande vertente da história da subjectividade prende-se com a ética dos actos sexuais. A tese geral é que foi no período helenístico e romano, e não no cristianismo, como amiúde vemos escrito, que se “formulam os princípios do famoso esquema conjugal cuja história tem sido longa: exclusão de toda a actividade sexual fora da relação dos esposos, destino procriativo destes actos, em vez da finalidade do prazer, função afectiva da relação sexual na ligação conjugal” (1982b, p. 226). Mas há mais. Uma preocupação sistemática sobre as opções para uma existência saudável tem reiterado sempre o princípio segundo o qual tanto as práticas sexuais como a mecânica própria do desejo se desenvolvam à luz de sentimentos de inquietude e desassossego. Todavia, o ponto fulcral não está em desvendar interdições ou sequer a dinâmica própria das punições; trata-se antes de intentar compreender a formação de uma certa racionalidade que vai envolver estes fenómenos. O controle do prazer cumpre-se no momento em que desencadeia em cada sujeito uma *vontade de saber* relativa à sua sexualidade. Importa sempre que se fale dela, mais e mais. Fica assim para Foucault posta de lado a “velha hipótese repressiva e as suas questões habituais (como e porquê o desejo é reprimido?). Trata-se de actos e de prazeres e não de desejo. Trata-se da formação de si através de técnicas de vida e não do recalçamento pelo interdito e pela lei” (1982b, p. 225). O século XVII terá começado a transformar numa regra para todos o que na idade clássica se aplicava apenas a uma elite filosófica e monástica: dizer a verdade sobre o sexo. De facto, a pastoral cristã fará do instrumento da confissão uma técnica que obriga a passar “tudo o que se relaciona com o sexo passa pelo moinho sem fim da palavra” (1994a, p. 25): o desejo é objecto de minuciosas descrições que utilizam um vocabulário não apenas rico e extenso como capaz de o modificar deslocar e reencaminhar para regiões inteiramente desconhecidas. Haverá sempre novos pontos de implantação. Verificamos que a ortopedia discursiva resulta das permanentes declarações a que cada indivíduo está, ao longo da sua existência, obrigado a fazer

relativamente à elucidação dos significados de toda uma parafernália de conceitos criados e postos a circular por governantes e moralistas de origem variada, mas também por locutores especializados no saber médico, psicológico, pedagógico. O essencial está em registrar que os interesses espiritual e público devem coincidir com os prazeres individuais. Este efeito de poder concretiza-se na permanente assimilação do conteúdo de cada um dos conceitos que compõem a complexa tabela em que o sexo se vê classificado e hierarquizado. A aparelhagem criada não leva portanto à censura. O sujeito é incapaz de sossegar pelo mutismo, porque sabe bem que nunca há zonas de silêncios absolutos: o que não pode dizer num contexto, por interdição ou auto-constrangimento, será explicitado por outro. Ora, porque neste regime cada indivíduo pode sempre tomar o lugar de outrem, o silêncio faz parte integrante da máquina discursiva. Todos sabem que qualquer assunto é passível de ser nomeado. Não há segredo de afixação proibida.

Uma segunda vertente da história da subjectividade começa por ligar a regra da governamentalidade ao problema do cuidado de si. Michel Foucault trabalhou esta prática - consagrada por Sócrates e hoje universalizada - de forma igualmente genealógica, tentando assinalar não apenas os seus fundamentos históricos mas, sobretudo, os diferentes espaços sociais onde ela se acolheu, ganhou corpo ou adquiriu novas roupagens. Em tese, defendeu que nós somos herdeiros de uma moral social organizada a partir de uma mudança maior. “Houve como que uma inversão na hierarquia de dois princípios da Antiguidade, o ‘cuidado de si’ e o ‘conhece-te a ti mesmo’. Na cultura greco-romana, o conhecimento de si apareceu como a consequência do cuidado de si. No mundo moderno, o conhecimento de si constitui o princípio fundamental” (1988b, p. 789). Trata-se de procurar compreender por que caminhos históricos se fez da cultura de si a ocupação moral por excelência. Foucault afirma que as reflexões e os juízos éticos sobre aqueles prazeres que ainda hoje transportamos ou reconhecemos se terão organizado nos primeiros séculos da nossa era. Mas insistiu à cabeça, também aqui, na necessidade de afastar a análise da lógica dos sistemas de proibição. As transformações que afectaram esta prática moral não se prendem nem com um aumento da severidade, nem menos ainda com um adensar das interdições. Ao contrário, “a mudança incide muito mais no modo como o indivíduo deve constituir-se enquanto sujeito moral. O desenvolvimento da cultura de si produziu efeito não no reforço daquilo que poderia impedir a realização do desejo, mas em certas modificações que dizem respeito aos elementos constitutivos da subjectividade moral” (1994c, p. 81). Mas o trabalho da união consigo próprio foi-se implantando concretizando a partir do modelo da posse e nunca a partir do da submissão. É facto indesmentível que o homem contemporâneo já está bem treinado nesta crença: “pertence-se ‘a si’, é-se ‘seu’[...]; só se depende de si mesmo, é-se *sui juris*; exerce-se sobre si próprio um poder que nada limita nem ameaça; detém-se a *potestas sui*” (1994c, p. 79). As marcas de uma lógica própria de poder tendem

a esbater-se, senão mesmo a desaparecer, neste processo de construção da identidade pessoal. O sujeito histórico não as reconhece na relação consigo.

A ética tradicional do autocontrole sofre uma grande inflexão com a intensidade das relações a si. Ela remete para um regime ascético que se tem consubstanciado numa vigilância *permanentemente inquieta* não apenas sobre o estatuto do indivíduo mas igualmente sobre o seu ser racional. A cultura de si implanta-se pelo reconhecimento de que a fraqueza e fragilidade, características da individualidade, se combatem através de princípios universais. Afirma-se a existência de uma verdade única - definida pela razão ou pela lei -, mas que deve ser decifrada por cada sujeito particular e confundida mesmo com o que ele faz. Foucault relembra que o ponto de chegada desta política de governo é definida pela “soberania do sujeito sobre ele próprio” (1994c, p. 82). Para que esse desiderato seja atingido, e o indivíduo aprenda a dominar-se sem as instantes perturbações do desejo, existe todo um “regime austero” dominado pelas “práticas da ascese”, ou melhor, pelas “práticas de si”: os “procedimentos de provação”, os “exames de consciência”, a “avaliação de uma falta em relação às regras de conduta” são atitudes constantes e globalmente observáveis em cada um de nós (1994c, p. 76). O exercício da aplicação a si próprio passa, em primeiro lugar, pela filtragem constante das representações - “uma técnica que encontrará o seu apogeu com Freud” (1988b, p. 802) -, através do qual o indivíduo deve recorrer à memória para circunscrever o seu campo próprio de acção: examina-se a si mesmo, infere quais os princípios que devem governar a sua vida e, é claro, sempre que disso se tratar, transforma-se no seu primeiro censor. Todo o exame interno deve avaliar a correspondência entre

os pensamentos e a realidade (Descartes), entre os pensamentos e as regras (Sênèque) e entre a relação de um pensamento escondido e a impureza da alma. É com este terceiro tipo de exame que começa a hermenêutica de si cristã e o deciframento dos pensamentos íntimos. A hermênutica de si funda-se sobre a ideia de que há em nós qualquer coisa de escondido, e que nós vivemos sempre na ilusão de nós mesmos, uma ilusão que mascara o segredo (1988b, p. 810).

A sucessão de remissões de autoridade que se acabam de fazer a tradições filosóficas e morais tão distintas, ao menos no tempo, pode à primeira vista tornar anacrónico o argumento. Mas a sua presença aqui tem por função reiterar o ponto de vista segundo o qual as derivações a partir do princípio do cuidado de si tiveram um alcance muito geral, bem para lá das doutrinas de origem. O importante estará em reconhecer que verdade e conhecimento de si são as duas faces da mesma moeda.

Estas práticas da identidade são, portanto, relacionais. O *ser* ou a *alma* só têm substância se entendidos como *trabalho*, como *actividade*. A grande interrogação histórica que o indivíduo *livremente-se-obriga* a fazer é esta: “à partir de que fundamento encontrarei a minha identidade?” (1988b, p. 791). O

conhecimento que um elemento pode ter e fazer de si passa pela comparação ou articulação com um outro semelhante. O cuidado de si organiza-se, invariavelmente, pela realidade do espelho. Sendo certo que tal prática não se esgota apenas nas crianças e nos jovens em processo de socialização; apresenta-se, ao contrário, antes como uma incumbência, um dever permanente de toda a vida, não é menos verdade que a relação a si próprio é especialmente treinada e reiterada pela relação pedagógica. De facto, os exercícios que aí se desenvolvem impelem sempre, seja através da escrita, seja pela palavra, o cuidado consigo para a comunicação com o outro, designadamente o mestre e o colega. A introspecção exerce-se com um mecanismo de vigilância específico, pelo qual o indivíduo deve anotar as pequenas *nuances* do quotidiano e os estados de alma que inevitavelmente as acompanham. A experiência da escrita, a constante leitura e releitura de registos de tipo confessional, bem como o incitamento à sua verbalização, configuram um novo domínio de enunciação. E onde se julgava antes existir um exercício solitário introduz-se uma dinâmica política. Uma regra de comportamento passa a ser aceitável se for compatível com outras.

Deixei propositadamente para fechar esta incursão a referência a um outro elemento muito importante na constelação analítica erguida por Foucault. Ainda na sua *História da Sexualidade*, introduziu o termo *bio-poder* - que viria a usar de forma indistinta com *bio-política* - para designar formas de poder exercidas sobre as pessoas, pensadas já essencialmente na sua qualidade de seres humanos. Remete para o que já estivemos a tratar: às formas teatralizadas da violência utilizadas pelo poder soberano (bio-histórico), sucede uma prática moderna caracterizada pelos reflexos do biológico na política. Os sujeitos podem passar a ser vistos enquanto membros de uma população porque são dissecados na sua individualidade, como é o caso da sua sexualidade. Os sujeitos modernos aprendem a conhecer-se em conexão directa com a política da nação. Mas já não estamos só a falar é daquela forma insidiosa de poder que procura produzir-alimentar-administrar todas as forças que exercem uma posição positiva na vida dos seres humanos. Este tema não surge apenas no discurso de Foucault para reforçar eficácia totalizadora da governamentalidade. Ao contrário, uma das suas conexões mais significativas diz respeito à percepção de que a biopolítica moderna gera um novo tipo de contra-acção política. O detalhe para que cada indivíduo é remetido pelas estratégias socializadoras que se tecem em seu redor leva-lo-á, da mesma forma, a formular necessidades e imperativos que surgem como respostas alternativas e modelos de vida em perfeita contramão. Em primeira análise, é através da biopolítica que se pode entender a resistência como Foucault a estabelece inúmeras vezes, ou seja, como uma forma de reversibilidade estratégica das relações de poder. História da conduta da conduta, a governamentalidade é a história da dissensão, das contra-condutas que caracterizam igualmente os seres humanos na modernidade.

Um Primeiro Olhar sobre a Paisagem Educativa e o Governo dos Escolares

Os mecanismos disciplinares da direcção e da confissão viram-se misturados na escola por forma a que todos os aspectos relacionados com a intimidade dos alunos fossem seguidos até às ramificações mais delicadas. Neste tipo de organização que temos historicamente vindo a construir, há uma mecânica de governo que faz com que a criança e o adolescente trabalhem a memória, o entendimento, a vontade e o desejo numa mesma sequência lógica. De facto, espírito e corpo são simultaneamente apresentados como realidades plásticas e moldáveis - espécie de página em branco onde a instituição pode inscrever livremente tudo -, e, ao mesmo tempo, realidades plenamente constituídas, em que cada sujeito está incumbido da missão de descobrir a raiz, as ramificações e as deslocações dos seus pensamentos e fantasias súbitas. Desvendar mas também *revelar, relatar*. Seja sob a forma oral ou escrita, o aluno está da mesma forma vinculado ao domínio raciocinado das matérias curriculares - embora saiba que mesmo a melhor avaliação o nivelará abaixo do conhecimento possível, que qualquer troca de conhecimentos lhe retira o saber reservado ao mestre -, como a desocultar os mistérios da sua alma, quer dizer, exactamente, os episódios do prazer perverso.

As regras da arte de governo foram-se impondo sem resistências na escola. A palavra-chave não será tanto a *aprendizagem* mas o *exame* - e são vários os sentidos que a palavra pode adquirir - a que toda a sua população permanece vinculada. Nessa operação formalizam-se inúmeros códigos da individualidade que permitem transcrever, e introduzir na série, os traços de cada sujeito. Mais do que em qualquer outra organização social, a figura do exame é ritualizada pela escola num jogo de pergunta/resposta/recompensa que reactiva os mecanismos de constituição do saber numa relação de poder específica. Desde logo, o sistema das notas, além de garantir a passagem desigual dos conhecimentos, força à comparação perpétua de cada aluno com todos os outros da *classe*. Depois, a lógica linear e progressiva caracteriza o *exercício* propriamente escolar - com a sua complexidade crescente, tarefas a um tempo repetitivas e diferentes mas apontando sempre para essa figura terminal do exame -, permite, sem dúvida, que o indivíduo se vá adequando desde o início da regra da relação tanto com os outros como com um determinado tipo de percurso. Os rituais escolares avaliam o aprendizado, disponibilizando-lhe ainda um lugar *entre* pares num alinhamento espacio-temporal.

Mas este trabalho de diferenciação, tendo em conta a regra do conjunto e o seu desenrolar genético, é ainda mais profundo. Por meio de uma intervenção de tipo *clínico* constrói-se o que Foucault define como *microfísica* ou anatomia política do detalhe. Nos estabelecimentos de ensino não se examinam apenas conhecimentos, mas igualmente os comportamentos e as aptidões que cada um dos escolares *naturalmente* apresenta. Quando se mede uma realida-

de a partir duma tabela universal, está-se unicamente a utilizar uma técnica de hierarquização - correlacionando elementos, organizando campos comparativos, formando categorias - que estabelece médias e infere normas do comportamento populacional. Ora são exactamente essas escalas orgânicas e combinatórias, como as dos testes de inteligência ou de personalidade, que paradoxalmente dão visibilidade aos indivíduos. É, pois, todo um poder que individualiza justamente na medida em que obriga à homogeneidade. A figura lata do exame parece assim fixar a singularidade como uma aposição, o que indica bem o aparecimento de uma “nova modalidade de poder em que cada um recebe como *status* a sua própria individualidade, e onde está estatutariamente ligado aos traços, às medidas [...] às *notas* que o caracterizam e fazem dele, de qualquer modo, um *caso*” (1999, p. 154 e 160).

É claro que todo este gigante aparelho de anotação e registo das aptidões, capacidades e do percurso biográfico de cada estudante é determinado pela lógica de funcionamento do que Foucault denomina de *campo científico-disciplinar*. A medicina, mas também a psicologia e a pedagogia, entre outras ciências *positivas* do indivíduo que aparecem no final do século XVIII, não cessam de investigar tendo como referência única um padrão de normalidade. Os processos individuais mostram uma fiscalização multilinear e uma variação constante das situações em que o corpo, a mente e a performance escolar são observados. O insucesso, a delinquência, a loucura secreta ficam nas franjas de qualquer estatística populacional-escolar, determinada sempre pela vitória de uma maioria assaz produtiva e saudável, mas nenhum sujeito terá de si a visão reconfortante da instituição em que se insere. As variáveis quantitativas e qualitativas em que é mensurado, medido, comparado, e que traduzem a sua existência singular como aluno, só deixam com efeito registadas as situações de desvio ou os planos inclinados que levam directamente a ele. Numa palavra: a individualização objectiva-se pela dimensão da distância em relação ao padrão médio da escola. É esta a regra sobre que se estabelecem todas as diferenças individuais. O efeito unificador não desaparece após a descoberta e consequente classificação destes indivíduos; continua a operar mas no interior deles, e no momento em que *diferenciadamente* passam ter de referenciar a sua identidade a esses rótulos e esferas desviantes que o poder/saber lhes disponibiliza. As fronteiras identitárias dos alunos tendem a adequar-se, colando-se-lhes ou negando-as veementemente, às categorias em que se acham referenciados. Será porventura ocioso sequer lembrar que a realidade do *normal* não é descrita, tão pouco enunciada, apesar desta arte de governo não visar outro desiderato que não o do seu pleno enraizamento. A normalização é um processo, espécie de meta unificadora, todavia jamais franqueada por qualquer sujeito. As tabelas primeiramente ensaiadas nos espaços que tratam da deficiência ou da marginalidade vão transformar-se, na época contemporânea e em grande parte graças à acção da escola, em verdadeiras tecnologias políticas do *eu*. É muito importante reconhecer que esta integração, pela via de uma

racionalidade de tipo *marginalista*, e fundamentalmente a partir do século XIX, amplia o tipo de relação entre o social e o individual.

Nesta dinâmica disciplinar importa ainda sublinhar - ainda que telegraficamente - a evidência de que o exame faz a individualidade entrar num novo *campo documental*. “O seu resultado”, continua Foucault, “é um arquivo inteiro com detalhes e minúcias que se constitui ao nível dos corpos e dos dias. O exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam. Os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registo intenso e de acumulação documentária. Um *poder de escrita* é constituído como uma peça essencial nas engrenagens da disciplina” (1999, p. 157). Ao lado da chamada documentação administrativa começa a acumular-se estoura, resultante de técnicas e métodos ligados à identificação, assimilação e descrição dos indivíduos em risco. É toda uma nova formação discursiva que se vai erguendo. O arquivo é o espelho de uma relação de poder/saber que remete para um trabalho cada vez mais centrado sobre o eu.

Superfícies e Perfurações da Escola Moderna

Como se verificou, a governamentalidade refere-se às deliberações, às estratégias, às táticas, aos dispositivos de cálculo e de supervisão empregues pelas autoridades no sentido de *governar sempre sem governar*. Trata-se de produzir técnicas e princípios que se ligam a escolhas reguladas e executadas por actores que agem autonomamente em esferas restritas, isto é, no interior dos seus próprios compromissos com a família e a comunidade de origem. Assim entendido, o governo não é uma instância de poder mas uma complexa máquina de administração social. Esta perspectiva permite descobrir conexões, pontos de contacto, continuidades múltiplas. Designadamente: (i) entre diferentes formas de governo, associando estruturalmente o nível das relações interpessoais e das instituições dispersas no interior da sociedade com o governo político, entendido este como o exercício do Estado soberano; (ii) entre formas de governo que existem em pequenos quadros como o da escola e da família com as práticas micropolíticas dirigidas a indivíduos enquanto membros de uma população; (iii) entre técnicas de dominação, pelas quais o poder é exercido coercivamente sobre os sujeitos, e as tecnologias do eu, ou seja, os modos como os indivíduos se conduzem a si próprios, se *subjectivizam* livremente.

Os instrumentos de governo são, pois, de proveniência diversa. Não obstante, corporizam-se invariavelmente a partir de imperativos de natureza ética e de formas de conhecimento ou de *expertise*. Há assim que estender a perspectiva da governamentalidade aos regimes de enunciação da verdade e ao papel que neles joga um saber de natureza científica, a fim de melhor compre-

ender como certos aspectos da conduta da colectividade e dos indivíduos singulares começaram a merecer a atenção e a ser problematizados por autoridades muito diferentes. Trata-se de trabalhar sobre a heterogeneidade das linhas de pensamento, das ideias e das crenças, das invenções e dos programas que associam a ordem social - o que nos habituámos a designar como a economia, a sociedade ou a política - com a moralidade e a subjectividade. Como se viu, uma característica central deste longuíssimo alinhamento tem a ver com o desenvolvimento dos modos de percepção e das orientações cognitivas. É sempre um problema de linguagem que está em causa. Com efeito, são os vocabulários comuns, as orientações teóricas, as posições normativas e as formas de explicação que ajudam a estabelecer formas de coordenação e associação entre indivíduos, grupos e organizações. O conhecimento e a *expertise* formam o ponto nodal à volta do qual o mundo se apresenta pensável e são apresentadas as receitas necessárias para a sua domesticação. É por esta via que, em meu entender a governamentalidade pode constituir uma ferramenta aplicada à história da escola. Permitirá desencadear trabalhos de investigação que tomem como eixos analíticos a flexibilidade e a transferência permanentes, que saibam valorizar os quadros de acção e de associação que permitem que o governo, nas sociedades modernizadas, ocorra à *distância* e se organize em torno do princípio *livre escolha* do sujeito. Julgo que importa começar a questionar os efeitos de poder que, nos últimos cerca de 150 anos e praticamente sem discussão crítica, têm alimentado a metanarrativa iluminista quando aplicada à instituição escolar.

A minha atenção, enquanto historiador da educação, fixa-se sobre um dos objectivos centrais do Estados-nação à escala planetária, a de *transformar a criança em aluno*. Persuado-me que o trabalho de recolha empírica deve passar a registar tanto as definições do aluno imaginado como a miríade de instrumentos criados para o apreciar, descrever, avaliar e comparar. Trata-se, pois, no essencial, de reunir e interpretar materiais que conectem directamente as ambições das autoridades públicas com as capacidades individuais dos sujeitos históricos. Não tenho qualquer dúvida de que o poder liberal transferiu para os espaços em que decorria a socialização escolar o essencial das tarefas destinadas à efectivação das categorias modernas de pessoa e de cidadão. Logo desde os bancos da escola o “homem novo” seria formatado nos ideais do humanismo, das “luzes”, do “progresso” e da “responsabilidade pessoal”. Ora, a partir de finais do século XIX, e para executar esta tarefa propriamente política, começou a ganhar corpo uma forma de saber positivo que associava políticos, professores, médicos, higienistas e demais *experts* da profilaxia social. A pedagogia adquiria o seu estatuto de ciência, de um lado, na crítica aos métodos autoritários da escola “tradicional” - que via todos os estudantes da classe como um só e se limitava ao básico “ler, escrever e contar” - e, de outro, na procura da educação “integral” do indivíduo, tomado em si e para si. A “Educação Nova” - designação que na transição para o século XX identifica as tentativas de renovação pedagógica na Europa e nas Américas - alicerça-se no conhecimento detalhado da *diferença* de cada criança.

Fala mesmo da “lei da individualidade”, querendo por tal significar que todo o indivíduo difere mais ou menos, na relação dos seus caracteres físicos e psicológicos, dos demais. É pois esta uma ciência do singular que, legitimada pelo laboratório e pela observação experimental, postula a necessidade de uma escola “por medida.” (Claparède, 1953).

A incorporação de princípios morais através de uma prática, definida como da autonomia funcional e da liberdade, surge-nos como a *marca mais distintiva e consensual* da escola da centúria de novecentos. No também designado “século da criança”, a *disciplina* é, de facto, um exercício crescentemente solitário e associado à independência ideal do aluno: as regras que permitem a vida colectiva já não se impõem pela violência das sanções, pela rigidez dos princípios, e nem sequer são passíveis de ser ensinadas pelo professor; inversamente, cada um está obrigado a inferi-las, a descobri-las num jogo relacional com o mundo exterior, é claro, mas que deve ter a sua origem e o seu termo dentro dos limites do sujeito. Liberdade e autoridade são descritas como realidades simbióticas: o discurso pedagógico projecta um ideal-tipo de estudante independente-responsável. É aquele que pode e deve medir as consequências tanto dos seus actos como das formas de conduta através de regras interiores que resultam das suas experiências pessoais, quer dizer, de uma *adaptação espontânea* à vida escolar. Tudo se passa como se cada um devesse aprender a *instituir um lugar social no lugar que ele próprio ocupa*. É por tal razão que a escola contemporânea nos surge como o espaço das múltiplas heteropias, é certo, mas das heteropias socialmente compatíveis. De rostos dir-se-ia sempre familiares uns aos outros.

Eis como a perspectiva da governamentalidade nos incita e desafia a identificar as estratégias cognitivas e os respectivos mecanismos de operacionalização, as redes de circulação da verdade e as modalidades de constituição do sujeito moderno. O mesmo é dizer: a questionar de frente o processo mesmo da institucionalização, isto é, o que parece inquestionável no presente.

Recebido em abril de 2009 e aprovado em maio de 2009.

* Foi mantido o português de Portugal, conforme o original.

Referências

BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas. Liberalism, neo-liberalism and governmentality: Introduction. **Economy and Society**. Londres: Routledge, v. 22, n. 3, p. 265-266, 1993.

BURCHELL, Graham; GORDON, Collin; MILLER, Peter (Org.). **The Foucault effect: Studies in governmentality**. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1991.

CLAPARÈDE, Edouard. **L'école sur mesure**. Neuchatel e Paris: Delachaux & Niestlé, 1953.

- DREYFUS, HUBERT, L.; RABINOW, Paul . **Michel Foucault: Beyond structuralism and hermeneutics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.
- FOUCAULT, Michel. La gouvernementalité. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits (1976-1979)**. Vol. III. Paris: Gallimard, 1978a. P. 635-657.
- FOUCAULT, Michel. Sécurité, territoire et population. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits (1976-1979)**. Vol. III. Paris: Gallimard, 1978b. P. 719-723.
- FOUCAULT, Michel. Naissance de la biopolitique. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits (1976-1979)**. Vol. III. Paris: Gallimard, 1979. P. 818-825.
- FOUCAULT, Michel. Du gouvernement des vivants. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits (1980-1988)**. Vol. IV. Paris: Gallimard, 1980. P. 125-128.
- FOUCAULT, Michel. 'Omnes et singulatim': vers une critique de la raison politique. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits (1980-1988)**. Vol. IV. Paris: Gallimard, 1981a. P. 134-161.
- FOUCAULT, Michel. Le sujet et le pouvoir. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits (1980-1988)**. Vol. IV. Paris: Gallimard, 1981b. P. 222-243.
- FOUCAULT, Michel. Preface à l'Histoire de la sexualité. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits (1980-1988)**. Vol. IV. Paris: Gallimard, 1984a. P. 578-584.
- FOUCAULT, Michel. L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits (1980-1988)**, Vol. IV. Paris: Gallimard, 1984b. P. 708-729.
- FOUCAULT, Michel. L'intellectuel et les pouvoirs. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits (1980-1988)**. Vol. IV. Paris: Gallimard, 1984b. P. 747-752.
- FOUCAULT, Michel. Vérité, pouvoir et soi. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits (1980-1988)**. Vol. IV. Paris: Gallimard, 1988a. P. 777-782.
- FOUCAULT, Michel. Les techniques de soi. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits (1980-1988)**. Vol. IV. Paris: Gallimard, 1988b. P. 783-813.
- FOUCAULT, Michel. La technologie politique des individus. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits (1980-1988)**. Vol. IV. Paris: Gallimard, 1988c. P. 813-828.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**. Vol. I. Lisboa: Relógio d'Água, 1994a.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: O uso dos prazeres**. Vol. II. Lisboa: Relógio d'Água, 1994b.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: O cuidado de si**. Vol. III. Lisboa: Relógio d'Água, 1994c.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Le gouvernement de soi et des autres: Cours au Collège de France (1982-1983)**. Paris: Gallimard, 2008.
- GREEM, Bill. Born-again teaching? Governmentality, 'grammar' and public schooling. In: POPKEWITZ, Thomas S.; BRENNAN, Marie (Org.), **Foucault's challenge: Discourse, knowledge and power in education**. New York: Teachers College Press, 1998. P. 173-204.
- HINDESS, Barry. Politics and governmentality. **Economy and Society**, Londres: Routledge, v. 26, n. 2, p. 257-272, 1997.

HUNTER, Ian. **Culture and government:** The emergence of literary education. Houndmills: The Macmillan Press, 1988.

HUNTER, Ian. Subjectivity and government. **Economy and Society**. Londres: Routledge, v. 22, n. 1, p. 123-134, 1993.

MILLER, Peter; O'LEARY, Ted. Governing the calculable person. In: HOPWOOD, Anthony G.; MILLER, Peter (Org.). **Accounting as social and institutional practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. P. 98-115.

MINSON, Jeffrey. **Genealogies of morals:** Nietzsche, Foucault, Donzelot and the eccentricity of ethics. New York: St. Martin's Press, 1985.

Ó, Jorge Ramos do. **O Governo de si mesmo:** Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX-meados do século XX). Lisboa: Educa, 2003.

O'MALLEY, Pat; WIER, Lorna; SHEARING, Clifford. Governmentality, criticism, politics. **Economy and Society**. Londres: Routledge, v. 26, n. 4, p. 501-517, 1997.

POPKEWITZ, Thomas S. (Org.). **Educational knowledge:** Changing relationships between the state, civil society and educational community. New York: State University of New York Press, 2000.

ROSE, Nikolas. **The psychological complex:** Psychology, politics and society in England, 1869-1939. Londres: Routledge, 1985.

ROSE, Nikolas. **Inventing our selves:** Psychology, power and personhood. Cambridge: Cambridge University Press, 1996a.

ROSE, Nikolas. Power and subjectivity: Critical history and psychology. In: GRAUMANN, Carl F.; GERGEN, Kenneth J. (Org.), **Historical dimensions of psychological discourse**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996b. P. 60-82.

ROSE, Nikolas. **Powers of freedom:** Reframing political thought. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Jorge Ramos do Ó é Doutor em História da Educação, pela Universidade de Lisboa. Professor Associado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Portugal.

E-mail: jorge.o@fpce.ul.pt

